



ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO CARCINICULTURA

JORNAL DA CIDADE

ARACAJU, QUINTA-FEIRA, 12 DE DEZEMBRO DE 2013

Prática foi discutida

Assim como em todo o Brasil, em Sergipe já foi constatada a existência da carcinicultura em áreas não permitidas. Com o objetivo de buscar uma solução para esse problema, diversas entidades ligadas ao meio ambiente e regularização, além de associações de criadores de camarão foram até a Assembleia Legislativa na tarde de ontem para discutir sobre o tema. A carcinicultura é a criação de camarão marinho em cativeiro, comumente desenvolvida em regiões de mangue, que são áreas de preservação permanente. A prática provoca o desequilíbrio ecológico dessas áreas por se tratar de ambientes facilmente variáveis e ecossistemas não consolidados.

Segundo o vice-presidente da Associação dos Maricultores Ecológicos do Estado de Sergipe, Alexsandro Monteiro dos Santos, os produtores estão sendo alvo de uma ação civil pública ingressada pelo Ministério Público Federal em Sergipe (MPF/SE). Nessa ação, segundo Monteiro, o MPF pede o fechamento das carciniculturas que não estão regulares e que podem prejudicar a natureza, mas ele explica que o modo de trabalho que realizam se dá de forma consciente e ecológica, por isso não traz danos à natureza.

“No entanto, Sergipe possui cerca de 95% da atividade irregular, porque não tivemos nenhuma oportunidade de se regularizar, e agora estamos buscando a nossa regularização, mas estamos sendo impedidos por ação civil onde os produtores são pequenos e nunca tiveram acesso ao licenciamento. Estamos sendo penalizados pois nossos viveiros são antigos, trabalhamos com isso há mais de 30 anos e agora

estão argumentando que estamos numa área de preservação permanente e que não podemos exercer nossas atividades nessas áreas. Mesmo contribuindo com o meio ambiente e gerando renda para as pessoas, não estão levando isso em consideração”, disse Alexandro revelando que estão incluídas nessa ação os municípios de São Cristóvão, Nossa Senhora do Socorro, Brejo Grande, Patatuba, Indiaroba, Santa Luzia, Estância, Barra dos Coqueiros, Aracaju, Pirambu e etc.

O promotor de Justiça do Meio Ambiente, Sandro Luiz Costa, disse que a maioria dos pequenos carcinicultores se concentram em Socorro, que são os produtores que ocupam uma área de menos de 10 hectares. O promotor comenta que quando se começou a discussão sobre esse assunto, se fez um levantamento que constatou que a maioria dos produtores estão em Socorro, às margens do Rio do Sal. E os que estão irregulares deveriam ter licença ambiental para atuar.

“Só que existem alguns obstáculos e é por isso que deve haver o debate, porque áreas de manguezais como regra são áreas de preservação permanente. E pela função ecológica que o manguezal tem, só excepcionalmente pode ter a criação de camarão nesses locais, e de outro lado existe a parte social. Durante um inquérito se fez um levantamento que constatou que famílias que viviam da carcinicultura eram tradicionais. Desde 2005 foi aberta essa discussão, para que se tentasse vir uma decisão de menor impacto para os criadores e infelizmente transcorrido mais de sete anos nada foi feito”, pontua o promotor.